



Desenvolvimento socioeconômico e preservação cultural: o papel do turismo Arqueológico

Socio-economic development and cultural preservation: the role of tourism Archaeological

Aguinaldo de Jesus Moraes Marques, Brenda Bandeira de Azevedo, André Felipe de Moraes Marques, John Maciel Barra, Carla Michelle Matos Gomes, Monica Nazaré Espírito Santo da Silva, Manoel Tavares de Paula

RESUMO: O turismo é uma atividade econômica de rápido crescimento global, reconhecida por sua capacidade de gerar empregos e promover o desenvolvimento local. Este artigo investiga como o turismo pode ser uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do patrimônio arqueológico. O problema da pesquisa centra-se na dualidade do turismo: enquanto pode fornecer recursos para a manutenção de sítios arqueológicos, o turismo mal gerido pode causar danos significativos. O objetivo é discutir as interações entre turismo e preservação do patrimônio, identificando desafios, oportunidades e estratégias para um turismo sustentável que beneficie comunidades locais e visitantes, preservando o patrimônio arqueológico. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, analisando materiais publicados para fundamentar teoricamente o estudo e contextualizar a pesquisa. Os resultados indicam que o turismo, quando bem planejado, pode gerar emprego e renda, fortalecer a identidade cultural e social e contribuir para a conservação dos sítios arqueológicos. Exemplos como o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) demonstram que a integração do turismo com a preservação do patrimônio pode gerar benefícios econômicos e sociais significativos. As principais conclusões destacam a necessidade de políticas públicas, educação patrimonial e gestão sustentável, para garantir que os benefícios do turismo sejam duradouros e amplamente distribuídos.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Desenvolvimento Socioeconômico; Preservação Arqueológica; Patrimônio Cultural; Gestão de Turismo.

ABSTRACT: Tourism is a fast-growing global economic activity, recognized for its ability to generate jobs and promote local development. This article investigates how tourism can be an effective tool for socio-economic development and the preservation of archaeological heritage. The research problem centers on the duality of tourism: while it can provide resources for the maintenance of archaeological sites, poorly managed tourism can cause significant damage. The aim is to discuss the interactions between tourism and heritage preservation, identifying challenges, opportunities and strategies for sustainable tourism that benefits local communities and visitors while preserving archaeological heritage. The methodology used is a literature review, analyzing published materials to provide a theoretical basis for the study and contextualize the research. The results indicate that tourism, when well planned, can generate employment and income, strengthen cultural and social identity, and contribute to the conservation of archaeological sites. Examples such as Monte Alegre State Park (PEMA) demonstrate that integrating tourism with heritage preservation can generate significant economic and social benefits. The main conclusions highlight the need for public policies, heritage education and sustainable management to ensure that the benefits of tourism are long-lasting and widely distributed.

KEYWORDS: Sustainable Tourism; Socio-Economic Development; Archaeological Cultural Heritage; Tourism Management.

Introdução

O turismo é uma das atividades econômicas mais dinâmicas e de maior crescimento em todo o mundo. Ele abrange uma ampla gama de serviços e produtos, incluindo hospedagem, alimentação, transporte, entretenimento e compras. O setor é reconhecido por sua capacidade de gerar empregos, promover o desenvolvimento local e contribuir significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países. O turismo pode ser um catalisador para o desenvolvimento socioeconômico, especialmente em regiões onde outras oportunidades econômicas são limitadas. Ele pode impulsionar a infraestrutura local, melhorar a qualidade dos serviços públicos e incentivar a conservação ambiental e cultural. Além disso, o turismo pode ser uma ferramenta de inclusão social, oferecendo oportunidades de emprego e empreendedorismo para comunidades locais.

O patrimônio arqueológico é um componente crucial da herança cultural da humanidade. Ele inclui todos os vestígios da atividade humana, desde artefatos e estruturas até sítios arqueológicos e paisagens culturais. Esses elementos fornecem informações valiosas sobre nossos antepassados e contribuem para a compreensão da evolução das sociedades ao longo do tempo. A preservação do patrimônio arqueológico é fundamental não apenas para a manutenção da identidade cultural e histórica, mas também para o desenvolvimento educacional e científico. Além disso, esses sítios e artefatos atraem turistas interessados em história e cultura, o que pode gerar recursos

financeiros importantes para a sua própria conservação e para o desenvolvimento das comunidades locais.

A relação entre turismo e preservação do patrimônio é complexa e multifacetada. Por um lado, o turismo pode fornecer os recursos necessários para a manutenção e restauração de sítios arqueológicos. O interesse dos turistas em visitar esses locais pode aumentar a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio e promover o respeito pela história e cultura locais. Por outro lado, o turismo mal gerido pode colocar pressão sobre os sítios arqueológicos, levando a danos físicos, perda de artefatos e até mesmo a descaracterização do patrimônio. Portanto, é essencial que o desenvolvimento turístico seja planejado e executado de maneira sustentável, com medidas de proteção e gestão adequadas para garantir a preservação a longo prazo desses recursos valiosos.

O objetivo deste artigo é discutir como o turismo pode ser utilizado como uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação do patrimônio arqueológico. Pretende-se analisar as interações entre esses dois campos, identificar desafios e oportunidades e apresentar estratégias que possam promover um turismo responsável e sustentável, capaz de beneficiar tanto as comunidades locais quanto os visitantes, ao mesmo tempo em que protege e valoriza o patrimônio arqueológico.

Fundamentação teórica

O desenvolvimento socioeconômico é um conceito multifacetado que engloba melhorias tanto nas condições econômicas quanto nas condições sociais de uma população. Este conceito é fundamental para entender como as sociedades evoluem e como podem ser promovidas melhorias na qualidade de vida das pessoas. Desta forma este artigo parte do conceito apresentado por Carlos Bresser:

Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção (2006, p. 9).

Assim, o desenvolvimento econômico é, basicamente, o aumento contínuo da renda ou da riqueza por pessoa, levando a uma melhoria na qualidade de vida da população de um país. Isso acontece através do acúmulo constante de recursos e da introdução de novas tecnologias e conhecimentos na produção.

Do mesmo modo que a importância da preservação do patrimônio perpassa pela concepção de Montardy e Faccio, onde segundo os autores:

O patrimônio, reconhecido como a memória viva dos povos, constitui um recurso-chave para o processo de renovação constante das identidades plurais da humanidade. Segundo a UNESCO, ele compreende duas grandes classificações: patrimônio natural e patrimônio cultural, englobando-se neste último o patrimônio arqueológico com todos os vestígios dos grupos culturais do passado. O patrimônio arqueológico carrega a materialidade do passado junto a diversos significados que possibilitam conhecer o acontecido anteriormente e a formação/transformação de práticas socioculturais sobre a base de suas descobertas. Encontrando-se intimamente ligado ao substrato natural que lhe serve como suporte, sua análise não pode evitar a relação entre ele e o patrimônio natural (2023, p. 16712).

Assim, o aspecto multifacetado do patrimônio arqueológico é de grande importância para a identidade cultural e o desenvolvimento das sociedades. Primeiramente, ele é fundamental para a formação da memória histórica, permitindo compreender as práticas socioculturais do passado. Além disso, o patrimônio arqueológico fortalece a coesão social e a identidade territorial, conectando a sociedade atual com suas raízes históricas e culturais e reforçando o sentimento de pertença.

A integração dos conhecimentos do passado nas práticas culturais contemporâneas possibilita que as sociedades reflitam sobre suas origens e, em alguns casos, modifiquem suas práticas socioculturais com base nos estudos arqueológicos. Essa identificação com as práticas do passado promove uma continuidade no desenvolvimento cultural, ajudando a enfrentar as mudanças dinâmicas das sociedades modernas.

A valorização do patrimônio arqueológico requer sua divulgação e gestão adequadas, promovendo a conservação e o uso responsável dos recursos culturais. Isso é essencial para a preservação da diversidade cultural e do legado histórico. Além disso, o patrimônio arqueológico pode ser utilizado como um recurso endógeno para o desenvolvimento territorial, contribuindo para a criação de empregos, o aumento do turismo e o fortalecimento da economia local. O patrimônio arqueológico é vital para a construção e reafirmação da identidade cultural, promovendo a coesão social, a valorização do passado e contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Metodologia

A revisão bibliográfica é uma metodologia de pesquisa fundamental que se baseia na análise de materiais já publicados, como livros e artigos científicos, para reunir, sintetizar e analisar o conhecimento existente sobre um tema específico. Essa abordagem é crucial para fornecer uma base teórica sólida, identificar lacunas no conhecimento, validar dados e contextualizar pesquisas dentro de um panorama mais amplo. A importância dessa metodologia reside na sua capacidade de fundamentar teoricamente novos

estudos, orientar futuras pesquisas ao identificar áreas pouco exploradas, e garantir a confiabilidade dos resultados obtidos (Montardy; Faccio, 2023). Desta maneira o presente trabalho parte da revisão bibliográfica para discutir o tema proposto.

Resultados e Discussão

Base Jurídica da preservação do patrimônio arqueológico

O histórico da legislação do patrimônio no Brasil pode ser resumido da seguinte forma:

- *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*: Estabeleceu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional, definindo-o como o conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público devido à sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.
- *Constituição Federal de 1988*: Ampliou o conceito de patrimônio cultural, incluindo bens de natureza material e imaterial que são portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O Artigo 216 da Constituição define o patrimônio cultural brasileiro, abrangendo formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas, obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- *Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961*: Protege os bens de natureza material de valor arqueológico, considerando-os bens patrimoniais da União. Define sítios arqueológicos como locais com vestígios positivos de ocupação humana, cemitérios, sepulturas, locais de pouso prolongado ou de aldeamento, grutas, lapas, abrigos sob rocha, inscrições rupestres, locais com sulcos de polimento, sambaquis e outros vestígios de atividade humana.
- *Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009*: Cria o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) para fortalecer a gestão institucional do patrimônio arqueológico. O CNA é responsável por elaborar políticas e estratégias para a gestão do patrimônio arqueológico, modernizar os instrumentos normativos e acompanhar as pesquisas arqueológicas. Com o CNA, há a criação do Plano Diretor Estratégico que trata-se de Instrumento central para orientar as ações do CNA, estabelecendo a política nacional para o patrimônio arqueológico, incluindo identificação, pesquisa, proteção, promoção e socialização, além de um modelo institucional de gestão e um programa de tombamento de bens de natureza arqueológica.
-

A legislação referente ao patrimônio arqueológico no Brasil desempenha um papel crucial na proteção e preservação dos sítios arqueológicos e bens culturais, garantindo que eles não sejam destruídos ou degradados. Isso é essencial para manter viva a história e a cultura do país para as futuras gerações, além de preservar a identidade e a memória cultural dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira.

A legislação também fornece uma base legal sólida para que instituições como o IPHAN e o Centro Nacional de Arqueologia possam atuar de maneira coordenada e eficaz na gestão, fiscalização e promoção do patrimônio arqueológico. Ela também estabelece responsabilidades para proprietários de terras e outras partes, promovendo a conscientização sobre a importância de relatar materiais arqueológicos e colaborar na proteção do patrimônio cultural.

Com o objetivo de facilitar e regular a realização de pesquisas arqueológicas, a legislação permite impulsionar o avanço do conhecimento científico sobre o passado humano conjuntamente com políticas de preservação, o que contribui significativamente para a educação e a cultura. Por meio de ações de tombamento e socialização, a legislação promove a valorização cultural do patrimônio arqueológico, incentivando a sociedade a reconhecer e apreciar sua herança cultural.

Além disso, ao integrar a proteção do patrimônio cultural com o desenvolvimento econômico e social, a legislação apoia práticas de desenvolvimento sustentável que respeitam e preservam o patrimônio cultural. Em suma, essa legislação é fundamental para garantir que o patrimônio arqueológico do Brasil seja protegido, estudado e valorizado, contribuindo para a preservação da cultura e história do país.

Turismo e Desenvolvimento Socioeconômico

A discussão sobre o turismo como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico para a preservação do patrimônio arqueológico pode ser enriquecida com base em dois contextos: turismo e desenvolvimento socioeconômico. Ambos resultam em aspectos diferentes, mas complementares, incidindo sobre a importância da preservação do patrimônio e o papel das instituições culturais e educativas nesse processo.

A preservação ativa do patrimônio é vista como essencial para garantir sua gestão responsável e a inclusão da sociedade civil na sua defesa. A abordagem enfatiza que o patrimônio arqueológico constitui um capital endógeno no processo de desenvolvimento territorial, reforçando a identidade territorial e promovendo a coesão social (Montardy; Faccio, 2023, p. 16711-16732).

O segundo texto, "A importância de ações educativas para a preservação do patrimônio arqueológico: o Projeto 'Expondo Cultura'", enfoca a educação patrimonial como uma ferramenta crucial para a preservação do patrimônio arqueológico. O projeto "Expondo Cultura" exemplifica como a educação pode sensibilizar a comunidade sobre a importância do patrimônio cultural. A exposição itinerante dentro de um ônibus leva o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico a diferentes públicos, promovendo a valorização e a preservação dos bens culturais (Morais, 2020, p. 61-72).

A integração do turismo com a preservação do patrimônio arqueológico pode ser uma estratégia eficaz para o desenvolvimento socioeconômico. O turismo cultural, quando bem planejado e gerido, pode proporcionar

benefícios econômicos significativos, ao mesmo tempo em que promove a conservação dos sítios arqueológicos e educa o público sobre a importância desse patrimônio. O turismo arqueológico pode gerar empregos diretos e indiretos na comunidade local, desde guias turísticos até serviços de hospedagem e alimentação. Isso contribui para a economia local e incentiva a população a valorizar e proteger seu patrimônio (Montardy; Faccio, 2023, p. 16711-16732). A criação de infraestrutura turística, como museus, centros de visitantes e trilhas interpretativas, pode atrair investimentos e melhorar a qualidade de vida da população local (Morais, 2020, p. 61-72).

Ao educar a comunidade e os visitantes sobre o valor histórico e cultural dos sítios arqueológicos, cria-se um senso de responsabilidade coletiva pela sua conservação. A inclusão de programas educativos em roteiros turísticos pode aumentar a conscientização sobre a importância do patrimônio arqueológico e promover comportamentos de visita responsáveis. O turismo sustentável pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação ativa do patrimônio arqueológico. A receita gerada pelo turismo pode ser reinvestida na conservação e manutenção dos sítios arqueológicos, garantindo sua proteção a longo prazo. A gestão responsável do turismo arqueológico deve considerar a capacidade de carga dos sítios e implementar medidas para minimizar impactos negativos, como a degradação física e a vandalização (Montardy; Faccio, 2023; Moraes, 2020).

O turismo arqueológico pode fortalecer a identidade cultural da comunidade local, ao valorizar suas raízes históricas e culturais. Isso contribui para a coesão social e o orgulho comunitário. A participação ativa da comunidade na gestão e promoção do turismo arqueológico pode garantir que os benefícios sejam distribuídos de maneira equitativa e que as práticas de preservação respeitem os valores e tradições locais (Morais, 2020).

O turismo, especialmente em áreas com patrimônio arqueológico, pode ter um impacto significativo na economia local, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, gerando emprego e renda, além de impulsionar a infraestrutura e os serviços turísticos. O turismo em regiões com patrimônio arqueológico pode ser uma fonte vital de receita econômica. É um ramo que tem crescido significativamente nas últimas décadas, impactando o PIB mundial e, em particular, o brasileiro. O turismo arqueológico atrai visitantes interessados na história e cultura locais, o que pode resultar em um fluxo constante de turistas e, conseqüentemente, em um aumento das receitas para a região. Este influxo de visitantes não só beneficia diretamente os operadores turísticos, mas também tem efeitos multiplicadores na economia local, como o aumento da demanda por serviços de hospedagem, alimentação e transporte (Aguilar; Lima; Lima 2024).

Além dos impactos econômicos diretos, o turismo pode promover o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. O artigo destaca que o ecoturismo, uma forma de turismo que valoriza a sustentabilidade, pode contribuir para a conservação do meio ambiente e para a formação de uma consciência ambientalista. Este tipo de turismo não apenas preserva o patrimônio natural e cultural, mas também pode melhorar a qualidade de vida das populações locais ao proporcionar novas oportunidades econômicas e

educacionais. A inclusão das comunidades no planejamento e gestão do turismo pode fortalecer a identidade cultural e promover o desenvolvimento social, criando um ciclo virtuoso de benefícios mútuos (Aguiar; Lima; Lima 2024).

A geração de emprego e renda é um dos aspectos mais visíveis do impacto do turismo. O artigo menciona que o turismo representa uma parte significativa do PIB brasileiro, com o lazer sendo um dos principais motivos das viagens no país. A criação de empregos diretos em hotéis, restaurantes, guias turísticos, entre outros, é apenas uma parte do impacto. Existem também empregos indiretos gerados pela cadeia de suprimentos que atende o setor turístico, como fornecedores de alimentos, artesãos e transportadores. Este aumento na renda pode levar a uma melhoria na qualidade de vida das comunidades locais, reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão social (Aguiar; Lima; Lima 2024).

Outro aspecto crucial é a infraestrutura e os serviços turísticos. O desenvolvimento de infraestrutura adequada é essencial para suportar o crescimento do turismo. O artigo ressalta que a falta de infraestrutura e de divulgação são algumas das fraquezas que podem limitar o potencial turístico de uma região. Investimentos em estradas, aeroportos, saneamento básico, segurança e comunicação são fundamentais para tornar uma região acessível e atraente para os turistas. Além disso, a melhoria dos serviços turísticos, como a formação de guias qualificados e a criação de centros de informação, pode enriquecer a experiência do visitante e promover a sustentabilidade do turismo a longo prazo na região (Aguiar; Lima; Lima 2024).

Portanto, o turismo em regiões com patrimônio arqueológico pode ser um catalisador significativo para o desenvolvimento econômico e social. Para otimizar esses benefícios, é crucial um planejamento meticuloso e investimentos contínuos em infraestrutura e serviços turísticos, assegurando que o turismo evolua de maneira sustentável e inclusiva. A integração do turismo com a preservação do patrimônio arqueológico deve ser abordada de forma multidimensional, promovendo o desenvolvimento socioeconômico sustentável. A educação patrimonial, a gestão responsável do turismo e a valorização do patrimônio cultural são elementos fundamentais para garantir que os benefícios do turismo sejam duradouros e que o patrimônio arqueológico seja preservado para as futuras gerações.

Educação Patrimonial

A educação patrimonial tem se mostrado uma ferramenta essencial para a preservação do patrimônio histórico-cultural, desempenhando um papel crucial na conscientização e valorização das memórias e identidades culturais de diferentes comunidades. Nos últimos anos, essa forma de educação tem se expandido no Brasil, com ações educativas em museus, escolas e outros espaços educativos, tanto formais quanto informais. Iniciativas governamentais, como as coordenadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), destacam a importância da educação patrimonial para fortalecer os vínculos entre identidade, memória e cultura

popular. Essa forma de educação atua sobre o patrimônio histórico, suas histórias, memórias e identidades, promovendo discursos, intervenções e atividades educativas com o objetivo de preservá-lo (Santana; Ferreira, 2022).

A preservação do patrimônio cultural é fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento de um povo e sua cultura. A educação patrimonial, enquanto suporte pedagógico, teórico e metodológico, torna-se uma ferramenta de grande importância na construção da cidadania, permitindo que os educandos desempenhem um papel ativo no processo de construção do conhecimento e aprendizagem. O contato direto com as evidências e manifestações da cultura em seus múltiplos aspectos leva crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração de novos conhecimentos (Santana; Ferreira, 2022).

A educação patrimonial, portanto, constitui-se como um processo contínuo que envolve a comunidade na gestão de seus patrimônios, vivências e heranças. Valorizar os aspectos que caracterizam a sociedade e o local de vida da comunidade é essencial para fortalecer as identidades e memórias construídas ao longo do tempo (Santana; Ferreira, 2022). A metodologia em educação patrimonial se mostra essencial quando se trata de valorização, pois trabalha para sensibilizar a comunidade sobre a importância do patrimônio e fortalecer a cidadania (Bezerra, 2020).

A memória é um elemento essencial da identidade, seja ela individual ou coletiva, e a luta pela memória coletiva está em constante disputa entre as forças sociais. A manipulação da memória coletiva e do patrimônio histórico é resultado de intenções históricas e disputas de poder, o que torna a educação patrimonial indispensável para provocar ideias de pertencimento e permitir que as populações valorizem e preservem suas memórias e identidades culturais (Le Goff, 1990).

Em suma, a preservação do patrimônio cultural garante o direito à memória e permite aos indivíduos compreenderem o universo sociocultural em que estão inseridos. Para preservar é preciso conhecer, e esse conhecimento pode ser construído através da educação patrimonial, que se apresenta como uma prática pedagógica transformadora e emancipatória. Assim, a educação patrimonial não só promove a preservação do patrimônio histórico cultural, mas também fortalece a cidadania e a identidade cultural das comunidades (Santana; Ferreira, 2022).

Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), um exemplo a ser seguido

O Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) é uma unidade de conservação localizada na zona rural do município de Monte Alegre, no estado do Pará, Brasil. Foi criado pela Lei Estadual nº 6.412/2001 e teve seus limites modificados pela Lei Estadual nº 7.692/2013. O parque está situado a aproximadamente 35 km da sede municipal e é acessível via terrestre pelo ramal do Ererê, localizado no quilômetro 12 da PA 255. Com uma área de 3.678 hectares, o PEMA apresenta predominantemente vegetação de cerrado

ou savana, embora também inclua manchas de floresta ombrófila em diversos estágios de sucessão. O clima da região é equatorial ou tropical úmido, com um período chuvoso que vai de dezembro a maio e um período menos chuvoso de junho a novembro. A temperatura média anual é de 26,8°C e a precipitação média anual é de 1.703 mm. O parque é rico em biodiversidade e possui áreas de especial interesse para a gestão da unidade, incluindo sítios arqueológicos e estruturas de visitação como o Mirante, a Gruta Itatupaoca, a Serra da Lua e o Centro de Visitantes (Andrade *et al.*, 2021).

O turismo em regiões com patrimônio arqueológico pode ter um impacto econômico significativo, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, a geração de emprego e renda, e a infraestrutura e serviços turísticos. No caso do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA), no Pará, o turismo arqueológico tem se mostrado uma ferramenta poderosa para dinamizar a economia local. O desenvolvimento socioeconômico em áreas com patrimônio arqueológico (conforme apresentado na Figura 1) pode ser observado através da criação de novas oportunidades de trabalho e renda. No PEMA, por exemplo, a figura dos condutores turísticos, que guiam visitantes aos sítios arqueológicos, é um exemplo claro de como o turismo pode gerar emprego. Esses condutores, que cobram por seus serviços, têm a chance de complementar sua renda familiar, que tradicionalmente é baseada no extrativismo, pesca e agricultura (Silva, 2023).

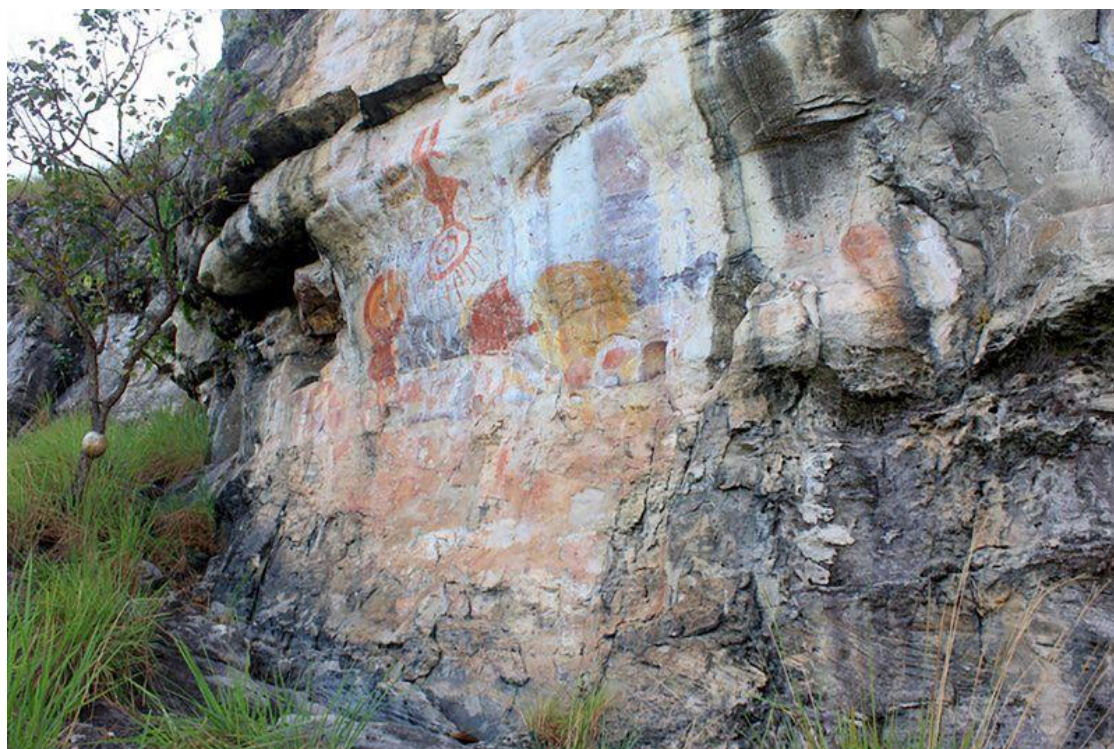


Figura 1: Sítio de arte rupestre localizado no PEMA.

Figure 1: Rock art site located in PEMA.

Fonte: Agência Pará (2022).

Source: Pará Agency(2022).

A infraestrutura e os serviços turísticos também são áreas que se beneficiam diretamente do turismo arqueológico. A implementação do complexo de musealização no PEMA, que inclui um centro de visitantes e outras estruturas de apoio, não só facilita o acesso dos turistas, mas também melhora a qualidade dos serviços oferecidos. Este tipo de infraestrutura é essencial para atrair e manter o fluxo de turistas, garantindo que a experiência deles seja satisfatória e segura (Silva, 2023).

Além disso, a presença de turistas estimula o desenvolvimento de serviços complementares, como hospedagem e alimentação, que são fornecidos por membros das comunidades locais. Isso não só melhora a economia local, mas também promove a inclusão social e a valorização da cultura local. O turismo de base comunitária, por exemplo, é uma prática que pode ser observada nas comunidades de Maxirá e Santana, onde famílias oferecem serviços de acolhimento aos visitantes (Silva, 2023).

No entanto, é crucial que o desenvolvimento do turismo arqueológico seja realizado de maneira sustentável, para evitar impactos negativos no meio ambiente e nas comunidades locais. O planejamento adequado e a participação das comunidades na gestão dos recursos turísticos são fundamentais para garantir que os benefícios econômicos sejam distribuídos de maneira justa e que o patrimônio arqueológico seja preservado para as futuras gerações (Silva, 2023).

Portanto, o turismo em regiões com patrimônio arqueológico, como o PEMA, pode ser um motor importante para o desenvolvimento econômico e social, desde que seja gerido de maneira sustentável e inclusiva. A melhoria da infraestrutura, a geração de empregos e a valorização da cultura local são apenas alguns dos benefícios que podem ser alcançados com uma abordagem bem planejada e participativa.

Considerações finais

Este trabalho demonstrou através da discussão abordada como o turismo pode ser utilizado como uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo que contribui para a preservação do patrimônio arqueológico. A análise das interações entre turismo e preservação do patrimônio revelou que, quando bem gerido, o turismo pode ser um poderoso catalisador para o desenvolvimento local, através da geração de emprego e renda, fortalecendo a identidade cultural e as coisas social, além de contribuir para a conservação dos sítios arqueológicos.

A fundamentação teórica utilizada demonstrou que o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do patrimônio arqueológico são conceitos que podem ser interligados, ambos essenciais para a construção de uma sociedade sustentável. Os resultados apontam para a necessidade de um planejamento turístico sustentável, que considere a capacidade de carga dos sítios arqueológicos e implemente medidas de proteção adequadas para que sua preservação ocorra. A educação patrimonial emerge como uma ferramenta crucial nesse contexto, sensibilizando tanto a comunidade local quanto os visitantes sobre a importância da preservação do patrimônio

cultural. Exemplo como o Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) ilustra como a integração do turismo com a preservação do patrimônio arqueológico pode gerar benefícios econômicos e sociais significativos, ao mesmo tempo em que protege os recursos culturais para as futuras gerações.

Para garantir a continuidade e expansão dos benefícios observados, é essencial a criação de políticas públicas que incentivem o turismo sustentável e a preservação do patrimônio arqueológico, com a participação ativa das comunidades locais no planejamento e gestão desses recursos. Além disso, é fundamental ampliar programas de educação patrimonial, tanto para a comunidade local quanto para os turistas, promovendo uma maior conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural.

Melhorar a infraestrutura turística, incluindo a criação de centros de visitantes, museus e trilhas interpretativas, é necessário para proporcionar uma experiência enriquecedora aos turistas e facilitar a gestão dos sítios arqueológicos. A continuidade das pesquisas sobre o impacto do turismo nos sítios arqueológicos e o monitoramento constante das condições desses locais são essenciais para ajustar as estratégias de gestão e minimizar impactos negativos.

Fomentar parcerias entre governos, ONGs, instituições acadêmicas e o setor privado pode desenvolver e implementar iniciativas de turismo sustentável e preservação do patrimônio arqueológico. Em suma, o turismo, quando bem planejado e gerido, pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do patrimônio arqueológico. A continuidade deste trabalho deve focar na implementação de estratégias que promovam um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação cultural, assegurando que os benefícios sejam duradouros e amplamente distribuídos.

Para aprofundar o conhecimento sobre a relação entre turismo e preservação do patrimônio arqueológico, é essencial investigar o impacto econômico de longo prazo do turismo arqueológico nas comunidades locais, analisando a evolução da geração de emprego e renda e os efeitos multiplicadores na economia local. Estudos sobre a capacidade de carga dos sítios arqueológicos são fundamentais para determinar o número máximo de visitantes que um sítio pode suportar sem danos significativos. A avaliação da efetividade das políticas públicas para a preservação do patrimônio arqueológico e o desenvolvimento do turismo sustentável é crucial, assim como a análise do impacto de programas de educação patrimonial no comportamento dos visitantes.

Além disso, explorar o uso de novas tecnologias, como drones e sensores, para monitorar e proteger os sítios arqueológicos pode oferecer percepções valiosas. Investigar o papel do turismo de base comunitária na preservação do patrimônio arqueológico, analisando a participação das comunidades locais e os benefícios e desafios dessa abordagem, pode revelar estratégias importantes de engajamento comunitário. Realizar estudos comparativos entre diferentes regiões e países para identificar boas práticas e estratégias bem-sucedidas na integração do turismo e preservação do

patrimônio arqueológico pode fornecer modelos adaptáveis a outros contextos, contribuindo para um turismo arqueológico mais sustentável e eficaz, promovendo a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Referências

AGENCIA PARÁ. **Parque Estadual Monte Alegre é escolhido como patrimônio cultural do planeta.** Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noticia/35299/parque-estadual-monte-alegre-e-escolhido-como-patrimonio-cultural-do-planeta>>. Acesso em: 30/10/2024

AGUIAR, Lucas Ramos; LIMA, Tatiane Rodrigues; LIMA, Renato Abreu. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável no Parque Nacional Matinguari: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 17, n. 2, 2024.

ANDRADE, M. T. V. S.; SOUZA, S. R.; PONTES, A. N.; MARTINS, A. C. C. T. Levantamento de focos de calor e ações de manejo no Parque Estadual Monte Alegre. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.10, pp.561-571, 2021.

BEZERRA, M. Patrimônio e Educação Patrimonial. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Org.). **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos (pp. 63-66). Campinas, SP: EDUNICAMP, 2020.

BRASIL. 1998. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm Acesso em: 30/10/2024

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.** Brasília, DF: Casa Civil.

BRASIL. **Decreto nº 6.844, de 7 de maio de 2009.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

DE LUNETTA, A.; GUERRA, R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. *Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5 ed. Campinas-SP: UNICAMP, 1990.

MONTARDY, L. H.; FACCIO, N. B. O patrimônio arqueológico no desenvolvimento territorial. *Contribuciones a las ciencias sociales*, v. 16, n. 9, p. 16711-16732, 2023.

MORAIS, A. P. A importância de ações educativas para a preservação do patrimônio arqueológico: o Projeto "Expondo Cultura". In: OLIVEIRA, A.L.N. (Org.), **Entre "bricolagens" e narrativas**: possibilidades para um "fazer" historiográfico (pp. 61-72). Editora Fi, 2020.

SANTANA, L. J.; FERREIRA, C. A. L. A importância da educação patrimonial na preservação do patrimônio histórico cultural. **Anais** do Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, UEFS, 2022.

SANTANA, Leonardo Justino; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. A importância da educação patrimonial na preservação do patrimônio histórico cultural. **Anais** do Seminário do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, v. 1, n. 1, 2022.

SILVA, Ana Cristina Rocha; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. Patrimônio arqueológico, políticas públicas e os desafios da participação social no Parque Estadual Monte Alegre-PA. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano**, 2022.

Agradecimentos

Os autores agradecem a edição do *Sustentare-WIPIS* 2024 pelo espaço para a apresentação do escopo deste artigo, bem como seu encaminhamento para a publicação.

Aguinaldo de Jesus Moraes Marques: Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: aguinaldoj2m@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8125244013047247>

Brenda Bandeira de Azevedo: Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: brendabandeira20@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4326317770803919>

André Felipe de Moraes Marques: Universidade da Amazônia, Belém, PA, Brasil.

E-mail: andregestaoamb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7498090389040216>

John Maciel Barra: Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: johnmacieldireito@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3269183826684028>

Carla Michelle Matos Gomes: Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: carlaamaatosg@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4168445392402109>

Monica Nazaré Espírito Santo da Silva: Instituto Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: monica.silva@ifpa.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258510006231654>

Manoel Tavares de Paula: Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, Brasil.

E-mail: tavares@uepa.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6820319111894773>

Data de submissão: 25 de novembro de 2024

Data do aceite: 18 de dezembro de 2024

Avaliado anonimamente